

**Despacho (extracto) n.º 20 662/2007**

Por despacho de 21 de Agosto de 2007, António Pedro Santos de Oliveira, técnico superior de 1.ª classe de nomeação definitiva do quadro de pessoal do ex-Instituto da Cooperação Portuguesa, foi nomeado definitivamente, precedendo concurso, técnico superior principal, da carreira técnica superior, de dotação global do mesmo quadro de pessoal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, no n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e na alínea c) do artigo 114.º do Decreto-Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, ficando posicionado no escalão 1, índice 510, da respectiva categoria. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Agosto de 2007. — O Vice-Presidente, *Artur Lami*.

## MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA DEFESA NACIONAL

**Despacho n.º 20 663/2007**

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do major-general-adjunto, em exercício de funções, do general Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 1.º, n.º 3, alínea a), 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de Novembro, nomear o primeiro-sargento SGE (10712787) António José Rodrigues para o cargo OLS GXC 0030 — *administrative assistant* no CC-LAND HQ, em Madrid, Reino da Espanha.

Nos termos do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obsto o decurso normal da mesma.

A presente portaria produz efeitos a partir de 14 de Setembro de 2007. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

24 de Julho de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

**Despacho n.º 20 664/2007**

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, nos termos do disposto nos artigos 5.º e 7.º, § único, ambos do Decreto-Lei n.º 38 728, de 24 de Abril de 1952, nomear o capitão-de-fragata 22880, Fernando Conreiras Braz de Oliveira, para o cargo de conselheiro militar (MAR), previsto na Portaria n.º 14/94, de 6 de Janeiro, na delegação portuguesa junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (DELNATO), em Bruxelas, Bélgica, em substituição do capitão-de-mar-e-guerra 7976, António José Gameiro Marques, com efeitos a partir de 1 de Outubro 2007.

20 de Agosto de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — Pelo Ministro da Defesa Nacional, *João António da Costa Mira Gomes*, Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

**Despacho n.º 20 665/2007**

Nos termos do n.º 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2007, de 6 de Julho, e com fundamento no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 228/2006, de 22 de Novembro, o Conselho de Ministros delegou no Ministro de Estado e das Finanças, com a facultade de subdelegar no Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, a competência para, ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 228/2006, de 22 de Novembro, do n.º 20 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2007, de 1 de Junho, e dentro do limite estabelecido no n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2007, de 6 de Julho, fixar a quantidade de acções representativas do capital social da REN — Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A. (adiante abre-

viadamente designada por REN), susceptíveis de integrar o lote suplementar a alienar no âmbito da venda directa prevista no Decreto-Lei n.º 228/2006, de 22 de Novembro.

Por despacho de 5 de Julho de 2007, o Ministro de Estado e das Finanças subdelegou no Secretário de Estado do Tesouro e Finanças a referida competência.

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 228/2006, de 22 de Novembro, do n.º 20 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2007, de 1 de Junho, e do n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2007, de 6 de Julho, pode ser contratada com as instituições financeiras adquirentes na venda directa identificadas no n.º 7 daquela última resolução a alienação, a pedido destas, de um lote suplementar de acções, até ao máximo de 9 223 636 acções, desde que tal alienação se revele necessária para assegurar os compromissos assumidos por essas instituições com vista ao cumprimento da obrigação de subsequente dispersão das acções.

Assim, considerando que as referidas instituições financeiras solicitaram, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a alienação de um lote suplementar de 9 223 636 acções:

1 — Determino que a quantidade de acções representativas do capital social da REN que integram o lote suplementar a alienar na venda directa seja fixada em 9 223 636 acções.

2 — Autorizo a alienação pela PARPÚBLICA — Participações Públicas, SGPS, S. A., das 9 223 636 acções que integram o lote suplementar às instituições financeiras adquirentes no âmbito da venda directa identificadas no n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2007, de 6 de Julho, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

12 de Julho de 2007. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

### Instituto de Informática

**Despacho n.º 20 666/2007**

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 205/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério das Finanças e da Administração Pública, designadamente do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 33.º do mesmo diploma, foi publicado o Decreto-Lei n.º 83/2007, de 29 de Março, que define a natureza, missão, atribuições e organização interna do Instituto de Informática (II).

No desenvolvimento do Decreto-Lei n.º 83/2007, atrás referido, foi publicada a Portaria n.º 353/2007, de 30 de Março, que cria a estrutura nuclear do II e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Neste contexto, com vista a garantir o normal funcionamento do II, urge nomear os respectivos dirigentes.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, com efeitos a partir de 29 de Junho, o especialista de informática do grau 3, nível 2, licenciado Rui Jorge Nunes Godinho para exercer o cargo de direcção intermédia do 2.º grau — chefe de divisão de Produtos e Suporte Técnico aos Clientes, visto possuir o perfil adequado à prossecução dos objectivos da referida Divisão, conforme decorre do respectivo currículo académico e profissional.

12 de Julho de 2007. — O Director-Geral, *José António Cordeiro Gomes*.

**Curriculum vitae**

Informação pessoal:

Nome — Rui Jorge Nunes Godinho;  
Nacionalidade — portuguesa;  
Data de nascimento 21 de Setembro de 1965.

Habilitações académicas — licenciado em Matemáticas Aplicadas pela Universidade Autónoma de Lisboa.

Habilitações profissionais:

Certificado, em Maio de 2000, pela Microsoft Corporation como «Microsoft Certified System Engineer (MCSE)», na sequência da aprovação num conjunto de seis exames, com a média final de 860 pontos;

Certificado, em Março de 1998, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, para exercer a profissão de formador.

Formação profissional:

Leccionada — de 1990 até à presente data, coordenou e leccionou formação profissional nas áreas de utilização, programação e administração de sistemas operativos Unix, Linux e Windows;

Recebida — de 1988 até à presente data, frequentou cerca de 60 cursos de formação profissional, relacionados essencialmente com as áreas de infra-estruturas tecnológicas.

Experiência profissional:

De Outubro de 1989 até à presente data — técnico do Instituto de Informática do Ministério das Finanças:

De Janeiro de 1997 até Março de 2007 — chefe de projectos da Área Funcional de Projectos Especiais (Núcleo de Infra-Estruturas Tecnológicas), pertencente à Direcção de Serviços de Inovação Tecnológica, onde coordenou e participou em diversos tipos de projectos, como sejam a experimentação e implementação de diversas soluções tecnológicas *open source* e proprietárias na área de infra-estruturas, qualificação de aplicações, certificação digital, autenticação, desenvolvimento de *websites*, suporte operacional a ambientes Windows e Unix/Linux, entre outros;

De Outubro de 1989 até Dezembro de 1996 — estagiário da carreira de técnico superior de informática (um ano) e posteriormente técnico superior de informática na área de suporte e administração dos sistemas centrais do II, pertencente à Direcção de Serviços de Produção, onde foi responsável pelo suporte dos diversos sistemas centrais Unix do II;

De Setembro de 1988 até Setembro de 1989 — analista e programador de sistemas de informação, em *software house*.

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### Direcção-Geral de Infra-Estruturas

#### Despacho (extracto) n.º 20 667/2007

Por despacho de 27 de Julho de 2007, o 1SAR L 161184, João Paulo da Cunha de Lemos foi nomeado técnico de abastecimento SATCOM da Estação Ibéria NATO, com efeitos a 1 de Agosto de 2007, em substituição do 1SAR TMMAN 06896991, Jorge Miguel Cabrita Santos, que fica exonerado do cargo a 31 de Julho de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Agosto de 2007. — A Directora-Geral, *Clarinda Mendes de Sousa*.

#### Despacho (extracto) n.º 20 668/2007

Por despacho de 27 de Julho de 2007, o 1SAR TMMAN José Luís Silva Elias fica exonerado do cargo de técnico de manutenção electrónica SATCOM da EINATO, com efeitos a 31 de Julho de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Agosto de 2007. — A Directora-Geral, *Clarinda Mendes de Sousa*.

#### Despacho (extracto) n.º 20 669/2007

Por meu despacho de 22 de Agosto de 2007, foi Nuno Miguel Ferreira Barnabé Pires, motorista de ligeiros do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional, nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, em comissão de serviço extraordinária, assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, do mesmo quadro de pessoal, por reclassificação profissional, ficando posicionado no 1.º escalão, índice 199, da nova categoria/carreira, com efeitos à data do despacho de nomeação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Agosto de 2007. — A Directora-Geral, *Clarinda Mendes de Sousa*.

### Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

#### Despacho (extracto) n.º 20 670/2007

Por meu despacho de 19 de Julho de 2007, foi a licenciada Catarina Maria Silveira Afonso provida, nos termos dos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, na categoria de assessor principal, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, ficando posicionada no 1.º escalão, índice 710, com efeitos

a 9 de Dezembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2007. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

## MARINHA

### Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

#### Portaria n.º 730/2007

Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por escolha ao posto de capitão-tenente, em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, o 165177, primeiro-tenente da classe de serviço especial Francisco Gaspar Dinis Pires (no quadro), que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respectivamente, nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 1 de Janeiro de 2007, data a partir da qual lhe conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, em consequência da vacatura ocorrida nessa data resultante da promoção ao posto imediato do 178568, capitão-tenente da classe de serviço especial José Manuel Antunes Polho, ficando colocado no 1.º escalão do novo posto.

Este oficial, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 74684, capitão-tenente da classe de serviço especial Sérgio Miguel de Sousa Amorim Rocha Trindade.

20 de Agosto de 2007. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

#### Portaria n.º 731/2007

Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por antiguidade ao posto de capitão-de-fragata, em conformidade com o previsto na alínea b) do artigo 216.º do EMFAR, o 23786, capitão-tenente da classe de marinha José Luís Guerreiro Cardoso (no quadro), que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respectivamente, nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 21 de Fevereiro de 2007, data a partir da qual lhe conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, em consequência da vacatura ocorrida nessa data resultante da promoção ao posto imediato do 21379, capitão-de-fragata da classe de marinha Paulo José Almeida Borges Gaspar, ficando colocado no 1.º escalão do novo posto.

Este oficial, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 21086, capitão-de-fragata da classe de marinha Jorge Manuel Guerreiro.

20 de Agosto de 2007. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

#### Portaria n.º 732/2007

Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por escolha ao posto de capitão-tenente, em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, o 22490, primeiro-tenente da classe de administração naval Carlos Pedro Teodoro Semide (no quadro), que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respectivamente, nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 1 de Outubro de 2006, data a partir da qual lhe conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com o n.º 2 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, em consequência da vacatura ocorrida em 30 de Novembro de 2005, resultante da promoção ao posto imediato do 28384, capitão-de-fragata da classe de administração naval Belarmino Felício Maria, ficando colocado no 1.º escalão do novo posto.

Este oficial, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 22889, capitão-tenente